DOFe | DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente Conforme Lei Complementar Nº261 de 23 de junho de 2015.

Diário n. 581 de 25 de abril de 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça
José Rony Silva Almeida
Corregedor-Geral
Carlos Augusto Alcântara Machado
Coordenadora-Geral
Ana Christina Souza Brandi
Ouvidora
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Colégio de Procuradores de Justiça
José Rony Silva Almeida (Presidente)
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Secretário-Geral do MPSE
Manoel Cabral Machado Neto

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Eduardo Barreto d' Ávila Fontes

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe
Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior
Coordenador de Ensino: Newton Silveira Dias Junior

Conselho Superior do Ministério Público
José Rony Silva Almeida (Presidente)
Procurador-Geral de Justiça
Carlos Augusto Alcântara Machado
Corregedor-Geral

Membros
Ana Christina Souza Brandi
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Paulo Lima de Santana
Manoel Cabral Machado Neto
Secretário

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES
1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias

1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos de Distribuição

AVISO Nº 17/2018 - O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, nos termos do que dispõe o artigo 99 do seu Regimento Interno e ainda o previsto no art. 9º e § 2º da Lei 7.347/85, avisa às associações e pessoas legitimadas, para eventual manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, que serão submetidas para apreciação em Reunião Ordinária do citado órgão Colegiado, as PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO alusivas aos Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis e aos Inquéritos Civis adiante relacionados:

01 - Inquérito Civil PROEJ nº 51.17.01.0006 - 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Itabaiana. Interessados: Ministério Público de Sergipe e 3º Batalhão de Polícia Militar. Assunto: Supostos abusos cometidos por policial militar durante apreensão de dois adolescentes em Itabaiana/SE;

02 - Inquérito Civil PROEJ nº 30.17.01.0046 - Promotoria de Justiça de Arauá. Interessados: Ministério Público de Sergipe de ofício e Instituição de Acolhimento "Casa Lar Alegria de Viver". Assunto: Suposta irregularidades na estrutura física da Casa Lar Alegria de Viver, localizada no Município de Arauá/SE;

03 - Inquérito Civil PROEJ nº 18.16.01.0010 - Promotoria de Justiça Especializada no Controle e Fiscalização do Terceiro Setor de Aracaju. Interessados: José Lúcio Alves Costa, outros, Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Sergipe - ARCRESE e Edjunio Vieira da Silva. Assunto: Fiscalizar a suposta inoperância há mais de dois anos da Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Sergipe - ARCRESE;

04 - Inquérito Civil PROEJ nº 16.16.01.0210 - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação. Interessados: SINTESE, Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe e SEED. Assunto: Supostas irregularidades em dados publicados no Diário Oficial do Estado de Sergipe, em relação aos valores da prestação de contas da Educação - FUNDEB;

05 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 18.17.01.0030 - Promotoria de Justiça Especializada no Controle e Fiscalização do Terceiro Setor de Aracaju. Interessados: Ministério Público de Sergipe e SEMASC - Edital de Chamamento Público. Assunto: Fiscalizar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, no que concerne ao Edital de Chamamento Publico, firmado pela SEMASC para credenciar entidades não governamentais;

06 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 48.18.01.0013 - 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Município de Itabaiana. Assunto: Investigar as receitas provenientes do abate de animais no Matadouro Municipal;

07 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 48.17.01.0056 - 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana. Interessados: EMDAGRO e Município de Itabaiana. Assunto: Suposta existência de comercialização clandestina de agrotóxicos

por algumas empresas por meio de pessoas interpostas ou sem receita agronômica, no âmbito do Município de Itabaiana;

08 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 27.17.01.0043 - Promotoria de Justiça de Maruim. Interessados: SINTESE e Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas. Assunto: Supostas irregularidades na merenda e transporte escolar no Município de Santo Amaro das Brotas;

09 - Inquérito Civil PROEJ nº 27.17.01.0003 - Promotoria de Justiça de Maruim. Interessados: Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100 e SEED. Assunto: Suposta falta de estrutura, higiene, merenda e profissionais no colégio Estadual Felipe Tiago Gomes;

10 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 05.17.01.0027 - 5ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Social e Cultural. Interessados: Representantes de Limpa Fossa e Nordeste Dedetizadora e Limpa Fossa. Assunto: Suposta execução de serviços de limpeza de fossas e de caixas de gordura pela Empresa "Nordeste Dedetizadora e Limpa Fossa" sem a devida autorização ambiental da ADEMA para transporte de efluentes sanitários, da Vigilância Sanitária e autorização da DESO para descarte dos efluentes sanitários coletados;

11 - Inquérito Civil PROEJ nº 27.11.01.0050 - Promotoria de Justiça de Maruim. Interessados: População do Povoado Urubas e Prefeitura Municipal de Santo Amaro Das Brotas. Assunto: Verificar a situação estrutural de uma ponte que dá acesso ao Povoado Urubas, em Santo Amaro das Brotas;

12 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 80.17.01.0061 - 2ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Anônimo e Secretária da Escola Municipal Rosalvo Queiroz. Assunto: Supostas irregularidades no pagamento de gratificação aos Servidores lotados na Escola Municipal Rosalvo Queiroz;

13 - Inquérito Civil PROEJ nº 80.17.01.0032 - 2ª Promotoria de Justiça Especial de Nossa Senhora do Socorro. Interessados: Anônimo e DETRAN. Assunto: Suposta prática de ato de improbidade administrativa pelo então Coordenador do DETRAN, o Sr. Bismarck Oliveira Chagas;

14 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 78.17.01.0092 - Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Willams de Oliveira Andrade e CAPS Boquim. Assunto: Suposta situação de risco vivida pelo adolescente L.S.A.;

15 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 78.17.01.0060 - Promotoria de Justiça de Boquim. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Pedro Barbosa Neto. Assunto: Suposto ato de improbidade administrativa no contrato de prestação de serviço realizado entre o Sr. Etelvino Melo dos Santos e a Prefeitura Municipal de Boquim;

16 - Inquérito Civil PROEJ nº 45.16.01.0039 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Estância. Interessados: Elenice Gomes Portela e Secretaria de Estado da Educação. Assunto: Suposta inexistência de Intérprete de Libras no Colégio Estadual Gumercindo Bessa, situado em Estância;

17 - Inquérito Civil PROEJ nº 27.16.01.0021 - Promotoria de Justiça de Maruim. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Município de Santo Amaro das Brotas. Assunto: Solicitação para criação do Conselho e do Fundo Municipal do Meio Ambiente no Município de Santo Amaro das Brotas;

18 - Inquérito Civil PROEJ nº 52.17.01.0043 - Promotoria de Justiça de Aquidabã. Interessados: Tribunal de Contas do Estado - TCE/SE e Município de Malhada de Bois. Assunto: Dar conhecimento do Processo TC 001935/2016, que trata do nível de transparência dos portais eletrônicos do Município de Malhada dos Bois;

19 - Inquérito Civil PROEJ nº 45.15.01.0033 - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Estância. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Secretaria Estadual de Saúde/SAMU. Assunto: Verificar o cumprimento das vistorias realizadas pelo CAOP Saúde do Ministério Público de Sergipe nas bases descentralizadas do SAMU;

20 - Inquérito Civil PROEJ nº 12.16.01.0266 - 2ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: LABPAC e Fundação Hospitalar de Saúde. Assunto: Suposta ausência de pagamento por parte da Fundação Hospitalar de Saúde/SES ao Laboratório Médico de Patologia e Citologia Ltda - LABPAC, referente ao contrato de prestação de exames anatomopatológicos e citopatológicos;

21 - Inquérito Civil PROEJ nº 12.15.01.0002 - 2ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Saúde. Interessados: Valeria de Lima, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde. Assunto: Suposta perda de prontuário de paciente na UPA Nestor Piva;

22 - Inquérito Civil PROEJ nº 26.17.01.0061 - Promotoria de Justiça de Carmópolis. Interessados: Superintendência Regional da

Polícia Federal em Sergipe e Município de Rosário do Catete. Assunto: Supostas fraudes em procedimentos licitatórios do Município de Rosário do Catete;

23 - Inquérito Civil PROEJ nº 45.16.01.0049 (01 volume e 02 anexos) - Promotoria de Justiça Especial, Cível e Criminal de Estância. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Secretaria Municipal da Educação. Assunto: Vistoria semestral do transporte escolar em Estância;

24 - Inquérito Civil PROEJ nº 28.15.01.0091 (01 volume e 04 anexos) - Promotoria de Justiça de Riachuelo. Interessados: Anônimo e Prefeitura de Riachuelo. Assunto: Suposta fraude a procedimento licitatório com a contratação pelo município de Riachuelo de duas empresas de locação de veículos que possuem os mesmos sócios, inexistindo competição no procedimento licitatório, fazendo crer que havia prévio ajuste para que tais licitantes se sagrassem vencedores do certame;

25 - Inquérito Civil PROEJ nº 14.15.01.0044 (01 volume e 01 anexo) - Promotoria de Justiça Especializada na Fiscalização dos Serviços de Relevância Pública de Aracaju. Interessados: Antônio Vinicius Menezes Medeiros e Entes Públicos. Assunto: Necessidade de realização de campanhas educativas, com base no Código de Trânsito Brasileiro, contra a violência sofrida pelos ciclistas nas vias públicas desta Capital, por ação dos condutores de veículos automotores;

26 - Inquérito Civil PROEJ nº 17.16.01.0063 (06 volumes) - 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Anônimo, Outros e Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA. Assunto: Supostas irregularidades no procedimento de licitação, modalidade concorrência, na 0058/2015, promovido pela SEMA para a prestação de serviços de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos do Município de Aracaju;

27 - Inquérito Civil PROEJ nº 17.15.01.0011 (03 volumes) - 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público e na Área da Previdência Pública. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Assunto: Supostas irregularidades no portal de transparência da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, em relação ao previsto na Lei 12.527/11 Lei de Acesso à Informação";

28 - Inquérito Civil PROEJ nº 16.13.01.0193 (02 volumes e 03 anexos) - 6ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa dos Direitos à Educação de Aracaju. Interessados: Ministério Público do Estado de Sergipe e Secretaria de Estado da Educação - SEED. Assunto: Supostas falhas no atendimento das normas sanitárias vigentes por parte de algumas escolas estaduais;

29 - Procedimento Preparatório de Inquérito Civil PROEJ nº 48.18.01.0003 (01 volume e 01 anexo) - 1ª Promotoria de Justiça de Itabaiana. Interessados: Ferreira de Jesus e Município de Itabaiana. Assunto: Suposta fraude em processo licitatório de contratação de empresas de transporte de resíduos provenientes do matadouro municipal de Itabaiana;

30 - Inquérito Civil PROEJ nº 18.14.01.0078 (02 volumes e 01 anexo) - Promotoria de Justiça Especializada no Controle e Fiscalização do Terceiro Setor de Aracaju. Interessados: Ministério Público de Sergipe e Companhia de Artes Mafuá. Assunto: Fiscalizar o funcionamento regular da entidade Companhia de Artes Mafuá, bem como a devida aplicação dos recursos públicos referente ao exercício de 2013.

Aracaju (SE), 25 de abril de 2018.

Manoel Cabral Machado Neto

Secretário do CSMP

*Republicado por incorreção

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Audiência Pública

O Ministério Público do Estado de Sergipe, realizará, no dia 21 de maio de 2018, às 10:30 horas, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, Audiência Pública, para discutir questão relacionada ao Plano de Mobilidade do Corredor da Avenida Beira Mar, com a inserção da adequação do local às normas legais que versam sobre o direito fundamental à acessibilidade (PROEJ nº 11.11.01.0044).

Aracaju, 25 de abril de 2018.

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Audiência Pública

O Ministério Público do Estado de Sergipe, realizará, no dia 18 de maio de 2018, às 08:30 horas, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, Audiência Pública, para discutir questão relacionada à adequação das linhas de ônibus

intermunicipais para pessoas com deficiência (PROEJ nº 11.18.01.0013).

Aracaju, 25 de abril de 2018.

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Audiência Pública

O Ministério Público do Estado de Sergipe, realizará, no dia 21 de maio de 2018, às 09:30 horas, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, Audiência Pública, para discutir questão relacionada à adequação das Praças Tobias Barreto e Camerindo às normas legais que versam sobre o direito fundamental à acessibilidade (PROEJ nº 11.13.01.0122).

Aracaju, 25 de abril de 2018.

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso

Audiência Pública

O Ministério Público do Estado de Sergipe, realizará, no dia 23 de maio de 2018, às 08:30 horas, através da 4ª Promotoria de Justiça do Cidadão - Idoso, Audiência Pública, para discutir questão relacionada à adequação do imóvel onde funciona a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seccional Sergipe às normas legais que versam sobre o direito fundamental à acessibilidade (PROEJ nº 11.15.01.0059).

Aracaju, 25 de abril de 2018.

Berenice Andrade de Melo

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça de Arauá

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 031/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 19 dias deabril de 2018, através da Promotoria de Justiça de Riachão do Dantas/SE, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 30.17.01.0062, tendo por objeto averiguar informação sobre a suspensão do fornecimento do serviço de transporte público aos estudantes universitários de Riachão do Dantas.

Riachão do Dantas/SE, 19 de abril de 2018.

KELFRENN TEIXEIRA RODRIGUES DE MENEZES

Promotor de Justiça

Promotoria de Justiça de Arauá

Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 32/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 19 dias de abril de 2018, através da Promotoria de Justiça de Riachão do Dantas/SE, instaurou o Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 30.17.01.0098, tendo por objeto averiguar reclamação do Sr. José Pereira dos Santos, o qual noticiou que toda a vizinhança da Propriedade de José Lima da Costa, no Povoado Tanque Novo, próximo ao reservatório de água da Deso tem sofrido constantes transtornos em virtude das vaquejadas organizadas por Sr. Robson da Silva Costa, especialmente, ao que pertine a higiene, saúde e a tranquilidade daquele Povoado.

Riachão do Dantas/SE, 20 de abril de 2018.

KELFRENN TEIXEIRA RODRIGUES DE MENEZES

Promotor de Justiça

Promotoria de Justiça Especial Cível e Crim. - São Cristóvão

Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA N.º 009/2018.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por intermédio da Promotora de Justiça in fine assinanda, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 127 e 128, incisos III, IV e VIII da Constituição Federal, art.118, incisos III e V e § 1º, alínea "a", da Constituição Estadual, arts. 39 incisos. X e 44, incisos IV e X, alínea "a", da Lei Complementar Nº 02, de 12 de novembro de 1990, resolve baixar a presente PORTARIA e, em consequência, instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL, pelos motivos abaixo alinhados:

O SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede oficial do Estado de Sergipe), encaminhou a esta Promotoria de Justiça Reclamação dando conta da impossibilidade de acesso pelos meios eletrônicos de acesso público (Portal da Transparência), dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias e outros documentos da gestão fiscal, por parte do Município de São Cristóvão, ferindo a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei Federal n° 12.527/2011); a Resolução n° 243/2007 do Tribunal de Contas; o Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n° 101/2000); e a própria Constituição Federal de 88.

Pois bem. Considerando que a Magna Carta estabelece que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelos direitos à Educação;

Considerando que é dever do Ministério Público zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, está instaurado o presente Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e, para tanto, resolve ainda:

1. Nomear para funcionar como escrivão do presente feito ELBER GONÇALVES DOS ANJOS, servidor público, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida tomar as providências atinentes à sua função.

2. Inquirir se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração, principalmente aqueles com qualificação técnica.

3. Nomear peritos, se entender necessário.

4. Requisitar a qualquer entidade privada ou pública federal, estadual ou municipal da administração direta ou indireta, informações, documentos e perícias que possam servir de subsídio ou esclarecimento dos fatos denunciados.

5. Acostar ao Procedimento Preparatório de Inquérito Civil toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça.

6. Aguarde-se a juntada do comprovante de entrega do Ofício 119/2018 (SINTESE), quando então deverá ser iniciada a contagem do prazo de 10 (dez) dias para resposta; findo o prazo sem o encaminhamento de manifestação a esta Promotora de Justiça, determino, desde já, a reiteração do expediente, com as advertências de praxe, e entrega pessoal ao destinatário, advertindo-a, inclusive, que o não envio de resposta dentro do prazo fixado ensejará o ARQUIVAMENTO da Reclamação.

Adotadas as diligências delineadas, tudo devidamente certificado, voltem-me os autos conclusos para posterior deliberação.

Autuada. Cumpra-se.

São Cristóvão, 19 de Abril de 2018.

Talita Cunegundes Fernandes da Silva

Promotora de Justiça em substituição.

Promotoria de Justiça Especial Cível e Crim. - São Cristóvão

Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA N.º 008/2018.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por intermédio da Promotora de Justiça in fine assinanda, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 127 e 128, incisos III, IV e VIII da Constituição Federal, art.118, incisos III e V e § 1º, alínea "a", da Constituição Estadual, arts. 39 incisos. X e 44, incisos IV e X, alínea "a", da Lei Complementar Nº 02, de 12 de novembro de 1990, resolve baixar a presente PORTARIA e em consequência instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL, pelos motivos abaixo alinhados:

A 6ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão encaminhou a esta Promotoria de Justiça Reclamação dando conta de inúmeras irregularidades existentes na Escola Estadual Professora Glorita Portugal, no que tange à precariedade da estrutura física, falta de segurança, armazenamento inapropriado da merenda escolar e falta de limpeza da unidade escolar.

Pois bem. Considerando que a Magna Carta estabelece que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelos direitos à Educação;

Considerando que é dever do Ministério Público zelar pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, está instaurado o presente Procedimento Preparatório de Inquérito Civil e para tanto, resolve ainda:

1. Nomear para funcionar como escrivã do presente feito ELBER GONÇALVES DOS ANJOS, servidor público, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida tomar as providências atinentes à sua função.

2. Inquirir se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração, principalmente aqueles com qualificação técnica.

3. Nomear peritos, se entender necessário.

4. Requisitar a qualquer entidade privada ou pública federal, estadual ou municipal da administração direta ou indireta,

informações, documentos e perícias que possam servir de subsídio ou esclarecimento dos fatos denunciados.

5. Acostar ao Procedimento Preparatório de Inquérito Civil toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça.

6. Aguardar o encaminhamento de resposta ao Ofício 102/2018, enviado à Vigilância Sanitária, até o dia 19.04.2018, após expedir reiteração, fixando-se o prazo de 10 (dez) dias, devendo o expediente ser entregue em mãos do destinatário; ademais, aguardar por mais 20 (vinte) dias o encaminhamento de relatório de inspeção e vistoria a ser confeccionado pelo Grupo de Apoio às Atividades Extrajudiciais (GAAE-PGJ).

Adotadas as diligências delineadas, tudo devidamente certificado, voltem-me os autos conclusos para posterior deliberação.

Autuada. Cumpra-se.

São Cristóvão, 18 de Abril de 2018.

Talita Cunegundes Fernandes da Silva

Promotora de Justiça em substituição.

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

PORTARIA Nº 055/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, através de seu Representante, Promotor de Justiça in fine firmado, no uso de suas atribuições institucionais de Curador dos Direitos da Criança e do Adolescente, Idoso e da Pessoa com Deficiência, com fulcro nos artigos 127 e 129, incisos II, III, e VI da Constituição Federal; art. 26 da Lei 8.625/93; art. 118, § 1°, alínea "a", da Constituição Estadual; art. 4º, inciso III, da Lei Complementar Estadual n° 02/90; e, art. 8º, inciso III, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP, resolve baixar a presente PORTARIA e em consequência instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, pelos motivos abaixo alinhados:

Considerando Necessidade de verificar se a idosa Maria Arlinda Santos do Nascimento está em situação de vulnerabilidade

Considerando que é dever do Ministério Público zelar pela defesa da ordem jurídica, fiscalizando o cumprimento da lei, instauro o presente Procedimento Administrativo e, para tanto, resolvo:

1- Inquirir, se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração;

2- Requisitar informações e documentos pertinentes à apuração do objeto principal deste procedimento;

3- Acostar ao Procedimento Administrativo toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça.

4- Remeter cópia para publicação, nos termos do art. 9º, inciso VII da Resolução nº 008/2015- CPJ e da Portaria nº 2.254/2015;

Autuada. Cumpra-se.

Nossa Senhora do Socorro, 24 de abril de 2018.

LUÍS FAUSTO DIAS DE VALOIS SANTOS

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Socorro

Portaria de instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

PORTARIA Nº 054/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, através de seu Representante, Promotor de Justiça in fine firmado, no uso de suas atribuições institucionais de Curador dos Direitos da Criança e do Adolescente, Idoso e da Pessoa com Deficiência, com fulcro nos artigos 127 e 129, incisos II, III, e VI da Constituição Federal; art. 26 da Lei 8.625/93; art. 118, § 1°, alínea "a", da Constituição Estadual; art. 4º, inciso III, da Lei Complementar Estadual n° 02/90; e, art. 8º, inciso III, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP, resolve baixar a presente PORTARIA e em consequência instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL, pelos motivos abaixo alinhados:

Considerando supostas irregularidades na Entidade de Acolhimento Mista Dr. Gilton Feitosa;

Considerando que é dever do Ministério Público zelar pela defesa da ordem jurídica, fiscalizando o cumprimento da lei, instauro o presente Procedimento Administrativo e, para tanto, resolvo:

1- Inquirir, se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração;

2- Requisitar informações e documentos pertinentes à apuração do objeto principal deste procedimento;

3- Acostar ao Procedimento Administrativo toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça.

4- Remeter cópia para publicação, nos termos do art. 9º, inciso VII da Resolução nº 008/2015- CPJ e da Portaria nº 2.254/2015;

Autuada. Cumpra-se.

Nossa Senhora do Socorro, 18 de abril de 2018.

LUÍS FAUSTO DIAS DE VALOIS SANTOS

Promotor de Justiça

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria Administrativa

Avisos de Publicação das licitações

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer de 12 (Doze) Kits de rádios de comunicação, de acordo com as condições e especificações constantes no presente Termo, anexo I do Edital.

SESSÃO DE ABERTURA: 03/05/2018 - HORA: 09:00 h. - Brasília

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

TIPO: Menor Preço.Global

REGÊNCIA LEGAL: Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e LC 123/06, Decreto Estadual nº 26.531/09.

INFORMAÇÕES: Ministério Público do Estado de Sergipe, telefones (79) 3209-2400, ramal 2874, e www.mpse.mp.br

Aracaju/SE, 24 de abril de 2018.

Juliano Cavalcante Silva

PREGOEIRO MP/SE